

Resenha de: Stephen Herzog, Giles David Arceneaux e Ariel F. W. Petrovics (Eds.). 2026. *Atomic Backfires: When Nuclear Policies Fail*. Cambridge, MA: MIT Press. 481 p. ISBN 978-0-262-05185-9.

Quando a política nuclear falha

THIAGO PEREZ BERNARDES DE MORAES

Há livros que interessam por aquilo que afirmam e há livros que importam porque reorganizam uma pergunta. *Atomic Backfires: When Nuclear Policies Fail* pertence ao segundo grupo. O volume, organizado por Stephen Herzog, Giles David Arceneaux e Ariel F. W. Petrovics, parte de uma inquietação simples e, justamente por isso, difícil de contornar: políticas nucleares desenhadas para reduzir riscos podem, em determinadas condições, ampliar os próprios riscos que pretendiam conter. A força da obra está menos em denunciar a irracionalidade dos atores e mais em observar que a racionalidade estratégica, quando opera sobre informação imperfeita, reputação, medo, política doméstica e leitura enviesada do adversário, pode produzir causalidade reversa. O remédio vira mecanismo de agravamento.

O livro está organizado em torno de quatro famílias de problemas: contraproliferação, gerenciamento de crises, controle de armas e dilemas patrono-cliente. Essa arquitetura favorece leitura transversal. Não se trata de uma coletânea dispersa, como às vezes ocorre em volumes organizados, mas de uma tentativa coerente de construir uma gramática dos efeitos perversos em política nuclear. Ataques preventivos podem fortalecer a disposição de proliferar; sanções podem endurecer coalizões domésticas; sinalizações em crise podem fechar saídas diplomáticas; defesas antimísseis podem alimentar insegurança adversária; acordos de controle de armas podem gerar concessões internas que dificultam controles futuros; garantias nucleares podem tranquilizar aliados e, simultaneamente, estimular dilemas de abandono, aprisionamento ou busca autônoma por capacidades estratégicas.

A contribuição mais relevante do volume consiste em deslocar a literatura de segurança internacional de uma pergunta usual: por que deter-

Thiago Perez Bernardes de Moraes é doutor e pós-doutor em Psicologia Social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy e pós-doutor em Direito Constitucional pela Università degli Studi di Messina. Professor titular e coordenador institucional de extensão no Centro Universitário Campos de Andrade, Curitiba, Paraná, Brasil. Orcid.org/0000-0001-7128-4248. E-mail: thiagomoraessp@hotmail.com. Contribuição: concepção, análise crítica e redação.

minada política funciona, para uma pergunta menos confortável, em que condições a política produz seu oposto. Esse deslocamento é teoricamente fecundo. Ele impede que instrumentos consagrados, como sanções, dissuasão ampliada, sinalização coercitiva, controles de exportação e acordos multilaterais, sejam tratados como variáveis independentes com efeitos estáveis. O mesmo instrumento pode operar como contenção em um contexto e como acelerador de risco em outro. A diferença está nos mecanismos: percepção de ameaça existencial, incentivos domésticos, reputação, credibilidade, custos de recuo, capacidade tecnológica, assimetria informacional e memória histórica.

Essa chave causal conversa bem com uma questão já conhecida na produção brasileira em Estudos de Defesa. Raquel Gontijo, ao perguntar por que os Estados querem a bomba, mostrou que a proliferação nuclear não pode ser lida por um fator único, pois envolve segurança, prestígio, política doméstica, normas e oportunidades estratégicas (Gontijo 2016). *Atomic Backfires* avança sobre terreno vizinho: se a decisão de buscar capacidade nuclear resulta de múltiplas pressões, as políticas para impedir essa busca também precisam ser avaliadas como intervenções em sistemas complexos. Pressionar um Estado não significa apenas alterar seus custos materiais. Pode significar, ao mesmo tempo, reforçar sua narrativa de cerco, elevar o valor simbólico da resistência, aumentar o peso político dos setores mais duros e reduzir o espaço doméstico de barganha.

O prefácio de Scott D. Sagan ajuda a situar a urgência do argumento. O livro foi publicado em um momento no qual a política nuclear voltou ao centro do debate público, sob o impacto da guerra na Ucrânia, da modernização de arsenais, da erosão de acordos de controle e das incertezas envolvendo Irã, Coreia do Norte, Rússia, China e Estados Unidos. A atualidade da obra, contudo, não se limita à conjuntura. Seu mérito está em oferecer uma teoria prudencial da política nuclear. Prudência, aqui, não significa passividade. Significa estimar efeitos de segunda ordem antes de transformar instrumentos familiares em respostas automáticas.

Há um ponto especialmente forte nos capítulos sobre contraproliferação. O volume evita uma defesa abstrata da diplomacia e também não reduz coerção a erro moral. A pergunta é mais precisa: quando a coerção reduz oportunidade e quando aumenta disposição? Essa separação entre oportunidade e vontade é útil porque evita diagnósticos grosseiros. Uma ação pode atrasar capacidades materiais e, ao mesmo tempo, tornar a busca por elas mais desejável para o Estado alvo. O ganho imediato, nesse caso, compra um problema mais resistente. O caso do Irã, retomado no volume, ilustra bem a armadilha. A política de máxima pressão buscava produzir concessões, mas contribuiu para reduzir a atratividade da contenção nego-

ciada e reforçar um ciclo de desconfiança, sobrevivência regime-cêntrica e diversificação de apoios externos.

É interessante aqui denotar o artigo de Arthur Freitas Fernandes e Martônio Mont'Alverne Barreto Lima sobre a modernização das forças nucleares russas. Ao destacar o reposicionamento geopolítico de Moscou e o risco de nova corrida armamentista, os autores chamam atenção para a função política da modernização nuclear em contextos de competição entre grandes potências (Fernandes e Barreto Lima 2023). *Atomic Backfires* acrescenta outra camada a esse debate: políticas de contenção, defesa ou controle formuladas por uma potência dificilmente são recebidas como gestos neutros pela outra. Cada medida entra em uma matriz de inferências, medos e antecipações. Em política nuclear, a intenção declarada raramente controla o significado estratégico percebido.

O livro também tem valor metodológico. Os capítulos mobilizam estudos de caso, análise histórica, entrevistas, estatística e experimento de *survey*. Essa pluralidade é bem-vinda porque o problema dos efeitos contraproducentes dificilmente se deixa capturar por um único desenho de pesquisa. Há mecanismos que aparecem em arquivos diplomáticos, outros em séries de dados, outros ainda em opinião pública ou nas ambiguidades de sinalização. O volume ganha densidade justamente por aceitar que a política nuclear é um campo no qual variáveis materiais e simbólicas se misturam. Capacidade importa, mas interpretação também. Custo importa, mas honra, reputação, medo e status não desaparecem do cálculo.

A crítica mais séria ao livro está na elasticidade do conceito de *backfire*. Em algumas passagens, o termo designa fracasso direto; em outras, consequência não intencional; em outras, deterioração de longo prazo; em outras, custo colateral de uma política que talvez tenha produzido algum benefício parcial. Essa amplitude aumenta a capacidade agregadora do volume, mas reduz a nitidez analítica. Nem todo resultado adverso é efeito perverso em sentido forte. Às vezes, o que parece contraproducente *ex post* era apenas custo previsível de uma política arriscada. Em outros casos, o resultado negativo depende de variáveis intervenientes tão numerosas que a imputação causal fica menos segura. O livro tem consciência desse problema, mas poderia ter oferecido tipologia mais rígida dos tipos de falha.

Outro limite decorre da centralidade estadunidense. A opção é compreensível, pois grande parte da ordem nuclear foi moldada pela política externa dos Estados Unidos, por suas alianças, por sua arquitetura de dissuasão e por seus instrumentos de contraproliferação. Ainda assim, a ênfase deixa uma pergunta aberta para leitores do Sul Global: como pensar efeitos contraproducentes quando os atores dispõem de menor capacidade coercitiva, menor margem tecnológica e maior exposição a regimes internacionais

desenhados por terceiros? Para países como o Brasil, cuja tradição diplomática nuclear se apoiou em autonomia, usos pacíficos, desconfiança diante de hierarquias nucleares e compromisso com não proliferação, a obra oferece ferramentas importantes, mas exige tradução contextual.

Esse ponto é decisivo para os Estudos de Defesa no Brasil. O livro ajuda a pensar defesa para além da aquisição de meios, da doutrina e da resposta imediata à ameaça. Ele convida a avaliar políticas estratégicas por seus efeitos sistêmicos, sobretudo por aquilo que produzem nos incentivos do outro. Em termos quase econométricos, a variável independente não age em ambiente vazio. Ela é mediada por percepção, instituições, regimes, alianças e narrativas domésticas; é moderada pela distribuição de poder, pela memória de intervenções anteriores e pela credibilidade dos compromissos; pode gerar efeitos heterogêneos conforme o tipo de Estado, a coalizão governante e o momento da crise. Essa é a parte mais fértil do livro.

Atomic Backfires, porém, não deve ser lido como manifesto contra toda política dura. Essa seria uma leitura pobre. O volume mostra algo mais incômodo: mesmo políticas necessárias podem falhar se forem aplicadas sem imaginação causal. Às vezes é preciso sancionar, sinalizar, defender, controlar, negociar ou garantir. A questão é saber que mecanismos secundários são ativados por cada escolha. A prudência estratégica, aqui, não é virtude retórica. É método de análise.

Como resenha crítica, importa registrar que o livro se beneficia de sua coerência, mas sofre com certa desigualdade entre capítulos. Alguns textos entregam mecanismos causais mais bem isolados; outros se aproximam de diagnósticos plausíveis, porém menos conclusivos. Esse é o custo habitual de volumes coletivos ambiciosos. Ainda assim, o saldo é francamente positivo. A obra oferece vocabulário oportuno para um mundo que voltou a falar de risco nuclear com intensidade, mas que frequentemente insiste em respostas antigas, embaladas por segurança moral excessiva.

Em última instância, o livro incomoda porque atinge uma fantasia persistente da política internacional: a crença de que bons fins imunizam instrumentos perigosos. Não imunizam. Em política nuclear, a boa intenção pode entrar no sistema como mais uma pressão, mais um sinal ambíguo, mais um incentivo ao endurecimento. A contribuição de Herzog, Arceneaux, Petrovics e seus colaboradores está em mostrar que políticas de segurança precisam ser julgadas também pelos caminhos indiretos que abrem. Essa é uma lição simples, mas raramente obedecida. Por isso, *Atomic Backfires* merece leitura atenta na área de Defesa, sobretudo em contextos acadêmicos interessados em dissuasão, proliferação, controle de armas, autonomia estratégica e efeitos não intencionais de políticas públicas de segurança internacional.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Não houve financiamento específico para a elaboração desta resenha.

REFERÊNCIAS

Fernandes, Arthur Freitas e Martônio Mont'Alverne Barreto Lima. 2023. "A modernização das forças nucleares da Rússia: reposicionamento geopolítico." *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* 9, no. 2. doi.org/10.26792/rbed.v9n2.2022.75222.

Gontijo, Raquel. 2016. "Por que os Estados querem a bomba? As condições para a proliferação nuclear." *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* 3, no. 1. doi.org/10.26792/rbed.v3n1.2016.64087.

Herzog, Stephen, Giles David Arceneaux e Ariel F. W. Petrovics (Eds.). 2026. *Atomic Backfires: When Nuclear Policies Fail*. Cambridge, MA: MIT Press. ISBN 978-0-262-05185-9.

Recebido em 30/04/2026. Aceito para publicação em 10/06/2026.